



RELATÓRIO DE GESTÃO 2021

APPACDM DE SETÚBAL

V

Relatório de Gestão - 2021

Nota prévia: Este documento não cumpre os níveis de sistematização, rigor, abrangência e profundidade equivalentes aos que o precederam nos anos transatos. A discrepância resulta da confluência de um conjunto de fatores de natureza conjuntural, entre os quais sobressai a ausência prolongada da Dra. Sónia Rio, Diretora de Serviços Administrativos, habitualmente responsável pela sua elaboração. É nossa profunda e sustentada convicção que, rapidamente, nos acompanhará, de novo, nesta demanda e ajudará a corrigir, ainda em tempo oportuno, as insuficiências e eventuais incorreções de análise agora cometidas.

Introdução

O exercício de 2021 ficou marcado pela persistência da crise pandémica e, não obstante a experiência adquirida no ano precedente e a mitigação de algumas das suas consequências mais graves, em termos de saúde pública, oferecida pela vacinação, algumas das suas marcas mais profundas agudizaram-se e provocaram desequilíbrios complexos.

A segunda metade do ano ficou já marcada por uma crescente aproximação aos padrões anteriores à pandemia, incorporou os novos elementos por ela gerados e tomou em conta as novas medidas e possibilidades criadas para superar os constrangimentos persistentes e relançar o desenvolvimento económico e social.

Recursos humanos

Na quase totalidade das valências, o seu funcionamento acompanhou as contingências suscitadas pela pandemia sem nunca perder de vista os seus objetivos essenciais, o que implicou, em todas elas, embora de forma mais visível numas do que noutras, a necessidade de

V

uma grande agilidade e resiliência e o reforço dos quadros de pessoal para a acomodação da imprevisibilidade marcante durante todo o período em apreço.

Por outro lado, o quadro sanitário em permanente e, por vezes, descontrolada evolução e a realidade económica contraditória, que a seguiu, favoreceram a emergência de oportunidades de mudança em matéria de emprego, particularmente aproveitadas pelos profissionais mais jovens, em maioria no quadro de pessoal da instituição, mais predispostos para a aceitação de novos desafios e, por natureza, mais ambiciosos.

Neste período, viveu-se uma das fases de maior mobilidade e volatilidade nos quadros de pessoal em toda história da APPACDM de Setúbal, com o intrincado cortejo de instabilidade e incerteza sempre associado a este ambiente.

Esta mobilidade atingiu, sobretudo, algumas categorias profissionais da área técnica, nomeadamente terapeutas ocupacionais, que não temos sido capazes de compensar por défice destes profissionais no mercado de trabalho.

Por outro lado, o aprofundamento das distorções causadas pelos sucessivos aumentos do salário mínimo sem reflexos nem compensações em toda a restante estrutura salarial está a criar tensões difíceis de controlar. A diluição da diferenciação salarial nos primeiros níveis e a sua crescente redução relativamente aos níveis mais elevados está a criar incompreensões e contestações, que se repercutem, diretamente, no ambiente de trabalho e predispõem os estes funcionários para a procura ativa de soluções alternativas.

Ainda neste domínio, merecem destaque as horas de formação facultadas ou autorizadas, perfazendo um total superior a 6000 horas, correspondendo a uma média aproximada de 25 horas de formação por cada funcionário. Se consideradas as circunstâncias vividas, os constrangimentos inerentes a algumas categorias e funções e a resistência oferecida por alguns funcionários, este número apresenta-se razoável, embora obrigue a um esforço ainda maior e generalizado e a uma criatividade mais apurada.

A importância dos custos com pessoal

Em 2021, os gastos com pessoal representaram cerca de 81% dos custos gerais, traduzindo a diminuição de pouco mais de um por cento relativamente ao ano anterior. Idêntico valor percentual foi registado no apuramento do aumento do montante global despendido nesta área (um pouco mais do que 12 mil euros).

Estes números não traduzem com inteiro rigor o quadro de custos com pessoal, pois existe um défice de terapeutas ocupacionais, embora incorpore já, em larga medida, os custos decorrentes da manutenção e alargamento do número de profissionais não enquadrados nem suportados em acordos de cooperação.

Esta constatação incide nas áreas do desporto (União Desportiva para a Inclusão) e da comunicação, cultura e participação (Departamento de Comunicação e Imagem, Cultura e Participação), e a sua acomodação obriga à captação de apoios e subsídios ocasionais cada vez mais substanciais, que os suportem e estimulem.

Alguns organismos estatais (INR e IPDJ), as autarquias dos dois concelhos de referência da nossa intervenção (Setúbal e Palmela) e o mecenato têm assegurado, nos últimos anos, o caudal financeiro mínimo de sobrevivência destes setores, mas a sua consolidação em bases mais sólidas é condição indispensável para a afirmação de uma perspetiva de futuro para estas áreas de capital importância para a abertura e modernização da instituição.

Os resultados do seu trabalho são transversais a toda a instituição, que dele beneficiam e nele podem suportar algumas das suas ações, e o seu efeito indutor de novas práticas e inovação é crucial para a modernidade institucional.

Novas valências, renovados desafios

O ano de 2021 foi, também, um período importante para o Centro de Apoio à Vida Independente (CAVI), com o compromisso do

alargamento da vigência da fase experimental e o desenho, cada vez mais claro, da sua consolidação e tipificação enquanto resposta social regular, e para a empresa Flores da Arrábida, ainda muito dependente das autarquias locais, mas com uma carteira de clientes paulatinamente mais robusta e diversificada.

Estas duas valências, não apenas pelo significado do seu peso na estrutura orçamental, mas, também, por representarem plataformas de intervenção social inovadoras e ousadas, constituem duas das principais alavancas para o futuro institucional e, considerada esta perspetiva, podemos qualificar de auspiciosos os resultados averbados no último ano.

E se, em relação ao CAVI, muito do que pode acontecer não depende exclusivamente de nós, embora possamos tentar influenciar todo o processo, conjugando forças e vontades com as demais instituições nele envolvidas, já o mesmo não pode ser dito relativamente à Flores da Arrábida.


A empresa de jardinagem presta múltiplos serviços à própria instituição (manutenção de espaços verdes, transportes, pequenas reparações, ...) e deve manter, senão mesmo reforçar, este vetor, mas deve, sobretudo, ganhar capacidade e agilidade para conquistar e manter novos clientes e diminuir a dependência das autarquias.

Mesmo que o cumprimento deste objetivo implique investimento e comporte algum risco, esse é o único caminho para ganhar autonomia, estabilidade e músculo para enfrentar a concorrência e fortalecer este instrumento privilegiado de inclusão – pela sua efetivação e pelo seu exemplo.

Implicações da reestruturação dos CACI's

Os Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão constituem o domínio onde a crise pandémica acarretou maiores perturbações e que precisará de mais tempo para acomodar todas as mudanças entretanto operadas ou, por enquanto, apenas vislumbradas ou adivinhadas.

Os resultados apresentados parecem espelhar alguma recuperação da normalidade e esta leitura seria adequada se estivéssemos a comparar



realidades iguais. Acontece, porém, que a profunda reestruturação dos quadros de utentes, quase concluída, e a imprecisa, porque ainda não clarificada, alteração dos quadros de pessoal, obrigam-nos a muita prudência e a uma atenção redobrada da sua monitorização.

Se as consequências da pandemia já estão a ser corrigidas, os efeitos da nova legislação só agora começam a ser delineados, sendo previsíveis tempos conturbados, com transformações aceleradas, com incompreensões, com tensões.

Se o nosso principal interlocutor nesta matéria (Segurança Social) mantiver uma atitude construtiva, de diálogo e assessoria, as mudanças podem ocorrer sem desentendimentos graves nem traumas. Se for outra a base relacional, poderemos estar à beira de um processo complexo e difícil.

Da reestruturação concebida, estão por fazer pequenos ajustamentos e a consolidação do novo modelo, dotando-o de mecanismos, instrumentos e recursos para a afirmação dos CACI's como um setor equilibrado e harmonizado, não apenas acolhedor das diferenças naturais, mas também determinado na preservação de uma identidade forte e consensualizada. Estas estruturas devem respeitar regras, metodologias e linhas programáticas comuns, devem racionalizar e potenciar meios, devem ser espaços de partilha e de cooperação.

A centralidade dos transportes institucionais

A reestruturação dos quadros de utentes de CACI's foi motivada, em primeira instância, pela imperiosa necessidade da criação de bolhas, sem as quais estaríamos quase sempre com as atividades suspensas, e, só depois, pela necessidade de racionalizar a rede de transportes, em nome do encurtamento dos itinerários, diretamente traduzida na redução dos quilómetros efetuados e no tempo de permanência nos transportes por parte dos utentes e funcionários.

Sem esta medida de fundo, que provou, sobejamente, a sua pertinência, estaríamos, hoje, a contabilizar mais algumas dezenas de milhares de euros em combustíveis e aluguer de autocarros, além de

manter intocável um dos maiores fatores de desgaste de utentes e funcionários dos CACI's e do CSE: a realização de viagens longas e desgastantes.

Esta medida foi complementada com a taxação do transporte fornecido pela instituição, para desincentivar a sua utilização, com resultados positivos no imediato, mas ficando por resolver, em definitivo, a aceitação por parte dos pais da incapacidade de repor esta possibilidade sem a assunção de custos elevadíssimos, pois implicaria sempre investimentos avultados e a incorporação de custos estruturais, que teriam de ser refletidos nas mensalidades.

Se, para já, conseguimos um certo equilíbrio, não é certa a sua preservação, tanto mais que a frota de meios de transporte da instituição está envelhecida, com custos de manutenção muito elevados, mas a sua renovação não pode ser priorizada quando estamos às portas de investimentos de grande monta em infraestruturas.

O défice crónico do CSE

A valência com uma utilização mais intensa e exigente dos meios de transporte institucionais é o CSE, contribuindo com menos de 2000 euros mensais para o seu funcionamento.

O transporte dos utentes da escola de educação especial faz uso de oito percursos, nos quais são utilizadas 5 viaturas.

Mesmo considerando que a quase totalidade destes percursos não é exclusivamente preenchida com os alunos do CSE, é fácil constatar a insuficiência do financiamento do Ministério da Educação.

Mas esta é apenas uma das parcelas do crónico défice de financiamento do CSE. Só nos últimos 5 anos, acumulámos um deficit de aproximadamente 120 mil euros, sendo o ano de 2021 o melhor deste ciclo com um prejuízo de cerca de 10 mil euros.

Não podemos continuar a esconder esta realidade específica por detrás do biombo colorido dos resultados globais e a sua análise detalhada tem de ser feita com carácter de urgência.

A instituição não pretende desativar uma resposta que os pais reclamam (o encaminhamento de alunos toma a sua proposta ou a sua anuência como condição indispensável) e as escolas requerem cada vez mais, mas também não pode contemporizar eternamente com um desequilíbrio grave e injustificado.

A gratuidade da escola para os nossos alunos não pode ser obtida à custa do orçamento institucional. Se o Ministério da Educação, como parece evidente, considera estas escolas anacrónicas, deve decretar o seu encerramento e não tentar derrubá-las com a aplicação tendenciosa, estranha e incompreensível de uma portaria do século passado.

O encaminhamento de alunos das escolas do ensino regular para o CSE gera poupanças para o Ministério da Educação e para as câmaras municipais, mas agrava e penaliza o orçamento institucional.

Conclusão

Repetimos, em 2021, um exercício positivo, fazendo-o, consecutivamente, há, pelo menos, 15 anos, após a inversão de uma tendência para défices estruturais.

E se esta rotina nos conforta, ela não pode adormecer-nos nem pode turvar o nosso discernimento. É porque nos temos mantido alerta, rigorosos e exigentes, corajosos e competentes, que construímos este trajeto, conciliando sempre a prudência com a ousadia, a estabilidade com a inovação.

Estamos no dealbar de um período de investimentos consideráveis (compra de um novo edifício e construção do Centro Miguel Simas), que podem fazer emagrecer o pecúlio amealhado nos últimos anos e despojar-nos da rede de segurança que nos livrou de preocupações e angústias.

E se este cenário se confirmar, e queremos muito que se confirme, avizinham-se anos muito difíceis, pois teremos de ser capazes de os suportar em simultâneo com a gestão de alguns problemas, que, não sendo inteiramente novos nem recentes, podem conhecer um agravamento incontornável:

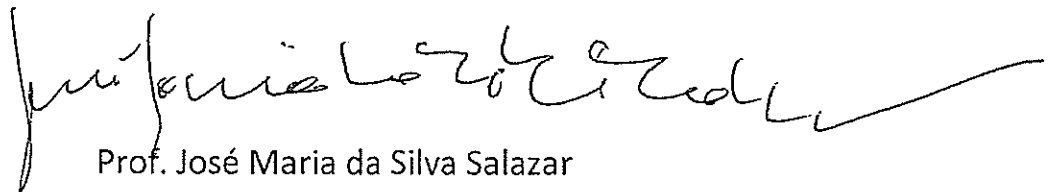
- Edifícios velhos, carentes de obras de reparação ou manutenção consideráveis;
- Frota de meios de transporte velha, necessitada de intervenções com frequência e com alguma dimensão;
- Valências com exercícios negativos estruturais, que não podem eternizar-se;
- Quadro de pessoal com predomínio de jovens, ambiciosos e predispostos à mudança;
- Quadro favorável à eclosão de tensões entre os funcionários e a direção da instituição;
- Contexto europeu e mundial muito difícil e complexo.

Proposta de Aplicação de Resultados

Submete-se a aprovação do Relatório de Gestão para o ano de 2021, com a seguinte proposta: **Aplicação de Resultados** – transferência do Resultado Líquido positivo no montante de **289.041,43€** para Resultados Transitados.

Setúbal, 29 de março de 2022

O Presidente da Direção da APPACDM de Setúbal



Prof. José Maria da Silva Salazar

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PAIS E AMIGOS
DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL DE SETÚBAL

Cont. nº 504 646 869
Av. Francisco Xavier, Lote 8 - Cave
2900-616 SETÚBAL
Telf.: 265 541 160 Fax 265 541 175

Entidade: APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente

Data de referência: Contas anuais 2021

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Euros


RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-21	31-dez-20
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Activos Fixos Tangíveis	5	3 204 362,78	3 320 623,90
Activos Intangíveis	6	147 787,51	151 282,49
Investimentos Financeiros	7	38 880,82	30 037,84
		3 391 031,11	3 501 944,23
Ativo Corrente			
Inventários	8	9 474,65	13 088,68
Clientes	9	33 340,71	15 964,72
Estado e Outros Entes Públicos	11	2 520,46	2 628,25
Outros Ativos Correntes	10	498 830,33	172 237,65
Diferimentos	15	14 807,57	19 188,59
Caixa e Depósitos Bancários	4	2 797 603,28	2 740 944,98
		3 356 577,00	2 964 052,87
TOTAL DO ACTIVO		6 747 608,11	6 465 997,10
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	12	1 500 000,00	1 500 000,00
Reservas	12	302 016,59	302 016,59
Resultados Transitados	12	2 600 543,78	2 498 395,67
Ajustamentos/Outras Variações Fundos Patrimoniais	12	1 163 317,89	1 227 242,56
		5 565 878,26	5 527 654,82
Resultado Líquido do Período		289 041,43	102 148,11
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		5 854 919,69	5 629 802,93
Passivo Corrente			
Fornecedores	13	38 779,50	49 531,55
Estado e Outros Entes Públicos	11	86 408,72	84 732,01
Outras Passivos Correntes	14	765 762,86	700 104,93
Diferimentos	15	1 737,34	1 825,68
		892 688,42	836 194,17
TOTAL DO PASSIVO		892 688,42	836 194,17
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		6 747 608,11	6 465 997,10

O Contabilista Certificado

A Direção

Alexandre Casapark

[Handwritten Signature]
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL DE SETÚBAL
 Cont. nº 504 646 869
 Av. Francisco Xavier, Lote 8 - Cave
 2900-716 SETÚBAL
 TEL: 261 541 440 FAX: 261 541 475



Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2021

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE


A APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal, é uma pessoa coletiva de direito privado, constituída sob a forma de associação sem fins lucrativos, com o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede na Avenida S. Francisco Xavier, Lote 8 – C/V-Setúbal, com o número de identificação de pessoa coletiva 504 646 869. Foi constituída a 9 de maio de 2000 e tem como objeto principal o apoio social a pessoas com deficiência.

O presente anexo apresenta os procedimentos contabilísticos mais significativos na preparação das Demonstrações Financeiras da APPACDM e tem como objetivo melhorar a compreensão das contas.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da APPACDM foram preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) emitida e em vigor à data de 1 de janeiro de 2011, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho e alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:



- Aviso n.º 8259/2015 de 29/07 – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL);
- Portaria n.º 218/2015 de 23/07 - Código de Contas e respetivas notas de enquadramento (CC-ESNL);
- Portaria n.º 220/2015, de 24/07 – Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às Entidades do Setor Não Lucrativo.

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, aprovadas pela Direção da APPACDM em 29/03/2022, estão expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime do acréscimo. De acordo com estes pressupostos os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e critérios de reconhecimento contidos na estrutura conceptual para esses elementos, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sob a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como se segue:

3.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras que se apresentam foram preparadas de acordo com a NCRF-ESNL, aplicáveis ao período findo em 31 de dezembro de 2021, seguindo, regra geral, como base de mensuração, o custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com a NCRF-ESNL requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela APPACDM, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Direção da APPACDM e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.



3.2 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade e referem-se a equipamentos utilizados pela APPACDM, no âmbito da sua atividade.

O custo de aquisição compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar na forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do bem e de restauração do local no qual se encontra localizado.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a APPACDM.

Os custos de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime do acréscimo.

Os ativos fixos tangíveis atribuídos a título gratuito, na data de atribuição, são mensurados da seguinte forma e pela ordem apresentada:

- Justo valor;
- Valor pelo qual se encontram segurados;
- Valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador;

Os bens doados à APPACDM são sujeitos a avaliação, sendo assim registados ao seu justo valor, por contrapartida de fundos patrimoniais e subsequentemente imputados a rendimentos de acordo com o descrito na nota 3.2.8.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas segundo o método da linha reta (método das quotas constantes), após dedução do valor residual, de acordo os seguintes períodos de vida útil estimados:

Classe de investimento	Vida útil (Número de anos)
Edifícios e outras construções	De 5 a 50 anos
Equipamento básico	De 3 a 12,5 anos
Equipamento de transporte	De 4 a 25 anos
Equipamento administrativo	De 2 a 8 anos
Equipamentos biológicos	De 3 a 10 anos
Outros ativos fixos tangíveis	De acordo com a utilização

As vidas úteis e valor residual são revistas anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na Demonstração de Resultados prospectivamente.

A APPACDM procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

3.2.2 Ativos Intangíveis

A APPACDM reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exerça o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Associação e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade e são amortizados segundo o método das quotas constantes.

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente os direitos de superfície, os quais se encontram a ser amortizados de acordo com o período dos direitos de superfície (50 anos). Os direitos de superfície estão mensurados de acordo com o valor atribuído, aquando da cedência (Doação), na escritura pública de constituição desses direitos.

No que respeita a restrições de uso, a estes direitos de superfície não poderá ser dado uso diferente daquele a que se destina (instalação e funcionamento das valências).

3.2.3 Outros Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição.

3.2.4 Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio utilizado para as saídas de armazém é o custo médio ponderado.

3.2.5 Clientes e Outros Créditos a Receber

Os clientes e outros créditos a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, que corresponde ao seu valor nominal, sendo posteriormente mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas.



As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência da evidencia objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

3.2.6 Estado e Outros Entes Públicos

A Associação encontra-se isenta de IRC, exceto quanto aos rendimentos obtidos e aos correspondentes gastos se incorridos fora do objeto social, que é o caso do projeto Flores da Arrábida. No ano de 2021, este projeto apurou um resultado líquido negativo no montante de 7.897,87€.

Essencialmente, o valor desta rubrica, no Ativo, respeita a 50% do valor dos reembolsos de iva solicitados de acordo com regimes previstos nos Decretos-Lei n.º 20/90, de 13 de janeiro, n.º 113/90, de 5 abril e n.º 84/2017 de 21 de julho.

3.2.7 Caixa e Equivalentes de Caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa, em depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo.

Os descobertos bancários, caso existam, são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos Obtidos, e são considerados, na elaboração da demonstração de fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.2.8 Subsídios do Governo e Doações

Subsídios ao Investimento

Os subsídios do Governo não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem (depreciações e amortizações). Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables, são mantidos nos Fundos Patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Subsídios à Exploração

Os subsídios obtidos no âmbito da execução de projetos e dos acordos cooperação são registados na rubrica da Demonstração de Resultados “Subsídios à Exploração” na parte correspondente à percentagem de

financiamento dos gastos incorridos durante o exercício em cada projeto independentemente do momento do recebimento dos subsídios, registando-se no passivo, os adiantamentos, e no ativo, os montantes a receber.

Um subsídio não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a APPACDM cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido, o que sucede após a assinatura do contrato ou na homologação do valor do subsídio pelas entidades financiadoras.

3.2.9 Reconhecimento dos rendimentos / gastos

Os gastos e os rendimentos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. No final do ano são efetuadas estimativas para os montantes não reconhecidos, que repõem na demonstração os valores respeitantes às responsabilidades/recebimentos que dizem respeito ao exercício em causa.

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

A APPACDM reconhece o rendimento das quotas dos sócios no momento do recebimento, exceto se estes forem referentes ao pagamento de quotas de períodos subsequentes, situação em que tais montantes são registados no balanço e reconhecidos em resultados no período respetivo.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

3.2.10 Gastos/ Rendimentos de Financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo.

3.2.11 Acontecimentos após a data do Balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 29/03/2022, data em que foram aprovadas as contas pela Direção da Associação conforme referido na nota 2.

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem materiais.



3.2.12 Imparidades

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação de existência de evidencia objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas de imparidade registadas por contrapartida de resultados.

3.3 PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As NCFR-ESNL requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no valor do Ativo, Passivo, Fundos Patrimoniais, Gastos e Rendimentos.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são apresentados nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação poderá afetar os resultados e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada na nota 3.2.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Em 31 de Dezembro de 2021, a Associação não tinha qualquer processo judicial em curso que justifique o reconhecimento de uma provisão ou passivo contingente.

Imparidades de ativos não correntes

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser realizável.

4. FLUXOS DE CAIXA

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	9.110,37	8.929,12
Depósitos à Ordem	2.088.492,91	1.919.951,32
Outros Instrumentos Financeiros	700.000,00	812.064,54
Caixa e Depósitos Bancários	2.797.603,28	2.740.944,98

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Apresentamos de seguida os movimentos ocorridos no exercício nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis e respetivas rubricas de depreciações.

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transfer. / Regulariz.	Abates	Saldo Final
VALOR BRUTO						
Ativos Fixos Tangíveis						
Terrenos e Recursos Naturais	182.917,79					182.917,79
Edifícios O. Construções	4.742.601,49	0,00				4.742.601,49
Equipamento Básico	325.907,08	7.908,07				333.815,15
Equipamento Transporte	521.342,72	7.250,00			43.302,44	485.290,28
Equipamento administrativo	383.160,32	3.604,79				386.765,11
Equipamento biológico	4.550,00					4.550,00
Outros Ativos Fixos	6.495,74					6.495,74
Total Ativo Fixo Tang. Bruto	6.166.975,14	18.762,86	0,00	0,00	(43.302,44)	6.142.435,56
DEPRECIACÕES						
Ativos Fixos Tangíveis						
Edifícios O. Construções	1.800.893,45	92.179,17		(480,36)		1.892.592,26
Equipamento Básico	293.054,82	8.390,96		5,92		301.451,70
Equipamento Transporte	428.367,16	28.855,49			43.302,44	413.920,21
Equipamento administrativo	371.253,19	5.163,96		0,30		376.417,45
Equipamento biológico	331,71	568,75				900,46
Outros Ativos Fixos	5.702,95	339,79				6.042,74
Total das Depreciações	2.899.603,28	135.498,12	0,00	(474,14)	(43.302,44)	2.991.324,82
Investimentos em curso	53.252,04	0,00	0,00	0,00	0,00	53.252,04
Total Ativo Fixo Tang. Líquido	3.320.623,90	(116.735,26)	0,00	474,14	0,00	3.204.362,78

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Apresentamos de seguida os movimentos ocorridos no exercício nas rubricas dos Ativos Intangíveis e respetivas rubricas de depreciações.

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transfer. / Regulariz.	Abates	Saldo Final
Ativos Intangíveis						
Direitos de superfície	163.750,00					163.750,00
Programas Computador	17.330,19					17.330,19
Total Ativo Intangível Bruto	181.080,19					181.080,19
DEPRECIACÕES						
Direitos de superfície	12.900,00	3.275,00				16.175,00
Programas Computador	16.897,70	219,98				17.117,68
Total das Depreciações	29.797,70	3.494,98				33.292,68
Total Ativo Intangível	151.282,49	3.494,98				147.787,51

7. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Esta rubrica é constituída pela contribuição para o Fundo de Compensação do Trabalho.

8. INVENTÁRIOS

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
Existências Iniciais	13.088,68	6.065,72
Compras	49.674,00	40.552,74
Regularizações Existências	0,00	-170,60
Existências Finais	<u>9.474,65</u>	<u>13.088,68</u>
Custo Mercadorias Vendidas e das Mat. Consumidas	<u>53.288,03</u>	<u>33.359,18</u>

O valor de Inventário corresponde às existências finais em cada uma das valências da Instituição.

9. CLIENTES

Rubricas	31/12/2021		31/12/2020	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Clientes Gerais	16.353,84	-	3.933,23	-
Utentes	16.986,87	-	12.031,49	-
Clientes e Utentes Cob. Duvidosa	24.909,02	-	24.520,02	-
Perdas por Imparidade Acumuladas	(24.909,02)	-	(24.520,02)	-
Saldo	<u>33.340,71</u>	-	<u>15.964,72</u>	-

Em 2021 foi reconhecida uma perda por imparidade no valor de 831,32€ e uma recuperação de dividas de 442,32€.

10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Rubricas	31/12/2021		31/12/2020	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Outros Instrumentos Financeiros	111.914,50	-	-	-
Outras Contas a Receber	386.915,83	-	172.237,65	-
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	-	0,00	-
Saldo	<u>498.830,33</u>	-	<u>172.237,65</u>	-

11. ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS

Quanto à rubrica Estado e Outros Entes Públicos, é composta como se segue:

ATIVOS	31/12/2021	31/12/2020
Pagamentos por conta	0,00	441,00
Retenção s/ Rendimentos Capitais	187,50	200,00
Reembolsos Pedidos Iva	2.332,96	1.987,25
Impostos a receber	<u>2.520,46</u>	<u>2.628,25</u>
PASSIVOS		
Irc estimado	0,00	0,00
Retenções de IRS Trab. dependente	11.702,99	13.903,81
Retenções de IRS Trab. Independente	730,88	735,88
Iva	6.468,17	5.111,63
FCT/FGCT	1.160,68	1.015,64
Contribuições para a Seg. Social	66.346,00	63.965,05
Impostos a pagar	<u>86.408,72</u>	<u>84.732,01</u>

12. FUNDOS PATRIMONIAIS

O movimento ocorrido nas rubricas de Fundos Patrimoniais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi como segue:

Descrição	Notas	Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos/Outras Var.Fundos Patrimoniais	Resultado Líq.Período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no Início do Período		1 500 000,00	302 016,59	2 498 395,67	1 227 242,56	102 148,11	5 629 802,93
Alterações no Período							
Reconhecimento do subsídio de investimento	12				-63 924,67		-63 924,67
Outras Alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	12			0,00			0,00
Doações	12				0,00		0,00
Aplicação do resultado do ano anterior	12			102 148,11		-102 148,11	0,00
				102 148,11	-63 924,67	-102 148,11	-63 924,67
Resultado Líquido do Período						289 041,43	289 041,43
Resultado Integral							225 116,76
Posição no Final do Período		1 500 000,00	302 016,59	2 600 543,78	1 163 317,89	289 041,43	5 854 919,69

Os subsídios ao investimento atribuídos à APPACDM são reconhecidos em “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais” e posteriormente reconhecidos em rendimentos na proporção da depreciação/amortização dos ativos subsidiados.

13. FORNECEDORES

Esta rubrica engloba os seguintes montantes:

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
Passivos Correntes		
Fornecedores		
Fornecedores Nacionais	35.323,12	46.075,17
Fornecedores Faturas Receção e Conferencia	3.456,38	3.456,38
	38.779,50	49.531,55

Os montantes apresentados são classificados como passivos correntes.

14. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Esta rubrica engloba os seguintes montantes:

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
Passivos Correntes		
Outras Contas a Pagar		
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	4.173,50
Credores por acréscimos	533.722,20	487.638,85
Outros devedores e credores	232.040,66	208.292,58
	765.762,86	700.104,93

15. DIFERIMENTOS

Os saldos credores apresentados no montante de 1.734,34€ (2021) e 1.825,68€ (2020) são relativos a Outros Rendimentos a Reconhecer e o saldo devedor de 14.807,57€ diz respeito a seguros referentes a 2022.



16. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
Vendas	15.383,61	6.942,07
Quotas	6.923,00	4.628,50
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	320,59	656,00
Mensalidades	322.977,25	284.284,19
Prestações de Serviços	272.272,12	237.367,53
	617.876,57	533.878,29

17. SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
ISS	2.268.214,72	2.204.789,89
IEFP	362.120,76	341.890,90
DREL	461.226,42	454.203,18
ACM (Projeto Escolhas)	35.827,27	47.953,66
AML (Projeto CAVI)	473.256,78	422.927,51
INR	19.367,38	16.693,21
Autarquias	15.100,00	4.512,08
Outras Entidades	125.201,40	48.699,49
	3.760.314,73	3.541.669,92

Os subsídios à exploração (quer os recebidos do IEFP, quer os recebidos do ACM e AML) foram reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo.

18. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
Subcontratos	101.364,56	71.274,16
Serviços especializados	163.931,99	144.667,59
Materiais	36.469,04	48.091,91
Energia e Fluidos	98.243,84	82.047,48
Deslocações Estadas e Transportes	17.532,73	17.946,57
Serviços Diversos	78.190,48	82.925,95
TOTAL	495.732,64	446.953,66

19. GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos Gastos com o Pessoal nos exercícios findos em 2021 e 2020 foi a seguinte:

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
Remunerações do Pessoal	2.802.225,13	2.791.598,55
Encargos sobre Remunerações	565.592,43	561.100,25
Seg. Acidentes Trabalho	35.802,28	39.015,12
Outros Gastos com o Pessoal	6.750,72	5.736,37
TOTAL	3.410.370,56	3.397.450,29

O número médio de colaboradores ao serviço da APPACDM no ano de 2021 foi de 269 e em 2020 foi de 271.

Os órgãos sociais da APPACDM não auferiram qualquer remuneração.

20. AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

O valor de 85,50€ reflete o ajustamento nos Outros Instrumentos Financeiros à data de 31/12/2021.

21. OUTROS RENDIMENTOS

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos suplementares	46.449,13	55.528,02
Recuperação dividas a receber	442,32	0,00
Rendimentos Inv. Não Financeiros	4.659,41	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	7.901,50	1.874,67
Excesso da estimativa p/impostos	0,00	28,69
Imputação de subsídios para investimentos	63.924,67	68.737,24
Outros não especificados	15.596,03	8.703,31
Juros obtidos	1.160,42	1.349,74
	140.133,48	136.221,67

22. OUTROS GASTOS

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
Impostos	8.555,29	6.733,54
Perdas em inventários	0,00	170,60
Correções relativas a períodos anteriores	1.454,63	3.957,26
Quotizações	2.119,00	2.347,00
Outros custos não especificados	117.853,28	74.563,73
	129.982,20	87.772,13

A Rubrica “Outros custos não especificados” inclui gastos com bolsas, subsídio de transporte e subsídio de alimentação dos utentes do CRP e bolsas dos contratos de emprego apoiado.

23. GARANTIAS E AVALES

A APPACDM não prestou qualquer garantia ou aval.

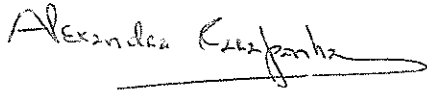


24. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

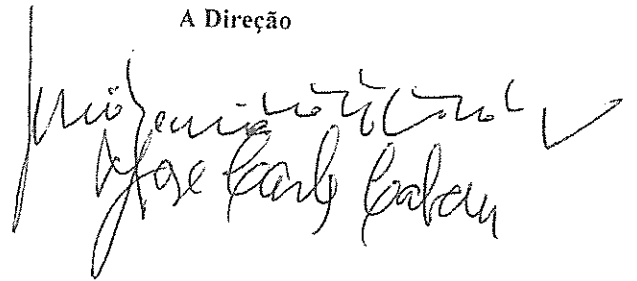
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto nas demonstrações financeiras com referência a 31/12/2021, para além das já conhecidas, causadas pela pandemia provocada pelo vírus COVID-19.

Setúbal, 29 de março de 2022

O Contabilista Certificado


Alexandra Cruz

A Direção


José Carlos Cabral

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PAIS E AMIGOS
DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL DE SETÚBAL

Cont. nº 504 646 869
Av. Francisco Xavier, Lote 8 - Cave
2900-616 SETÚBAL
Telf.: 265 541 160 Fax 265 541 175

Entidade: APPACDM de Setubal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental
 Data de referencia: Contas anuais 2021
 Demonstração financeira: Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período de 2020

Descrição	Notas	Euros					
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos/Outras Var.Fundos Patrimoniais	Resultado Liq.Período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no Início do Período		1 500 000,00	302 016,59	2 457 033,31	981 505,00	188 008,94	5 428 563,84
Alterações no Período							
Reconhecimento do subsídio de investimento					-64 881,73		-64 881,73
Outras Alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				-146 646,58			-146 646,58
Doações					310 619,29		310 619,29
Aplicação do resultado do ano anterior				188 008,94		-188 008,94	0,00
				41 362,36	245 737,56	-188 008,94	99 090,98
Resultado Líquido do Período						102 148,11	102 148,11
Resultado Integral							201 239,09
Posição no Final do Período		1 500 000,00	302 016,59	2 498 395,67	1 227 242,56	102 148,11	5 629 802,93

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período de 2021

Descrição	Notas	Euros					
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos/Outras Var.Fundos Patrimoniais	Resultado Liq.Período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no Início do Período		1 500 000,00	302 016,59	2 498 395,67	1 227 242,56	102 148,11	5 629 802,93
Alterações no Período							
Reconhecimento do subsídio de investimento	12				-63 924,67		-63 924,67
Outras Alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	12			0,00			0,00
Doações	12				0,00		0,00
Aplicação do resultado do ano anterior	12			102 148,11		-102 148,11	0,00
				102 148,11	-63 924,67	-102 148,11	-63 924,67
Resultado Líquido do Período						289 041,43	289 041,43
Resultado Integral							225 116,76
Posição no Final do Período		1 500 000,00	302 016,59	2 600 543,78	1 163 317,89	289 041,43	5 854 919,69

O Contabilista Certificado

Alexandre Caspary

A Direcção

[Assinatura]
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL DE SETÚBAL
 Com.º nº 504 646 869
 Av. Francisco Xavier, Loja B 4.º andar
 2900-616 SETÚBAL
 Telf: 265 541 160 Fax: 265 541 175

Entidade: APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

Data de referência: Contas anuais 2021

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-dez-21	31-dez-20
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes e Utentes		599 900,57	578 494,09
Pagamentos a Fornecedores		(551 866,01)	(582 385,41)
Pagamentos ao Pessoal		(3 394 822,79)	(3 353 314,88)
Caixa gerada pelas operações		(3 346 788,23)	(3 357 206,20)
Pagamento / Recebimento do Imposto sobre o Rendimento		641,00	(829,36)
Outros Recebimentos / Pagamentos		3 510 555,63	3 377 799,39
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		164 408,40	19 763,83
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
<u>Pagamentos Respeitantes a:</u>			
Ativos Fixos Tangíveis		(18 762,86)	(6 124,20)
Ativos Intangíveis		0,00	(294,89)
Investimentos Financeiros		(8 842,98)	(9 368,56)
Outros Ativos		(112 000,00)	
<u>Recebimentos Provenientes de</u>			
Investimentos Financeiros		194,24	85,80
Juros e Rendimentos Similares		668,02	1 867,50
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		(138 743,58)	(13 834,35)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
<u>Recebimentos Provenientes de:</u>			
Doações		30 993,48	36 234,62
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		30 993,48	36 234,62
Varição de Caixa e seus Equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		56 658,30	42 164,10
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período		2 740 944,98	2 698 780,88
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	4	2 797 603,28	2 740 944,98

O Contabilista Certificado

A Direção

Alexandra Respinha

[Assinatura]
 ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PAIS E AMIGOS
 DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL DE SETÚBAL
 Cont. nº 594646-969
 Av. Francisco Xavier, Lote 8 - Cave
 2900-616 SETÚBAL
 Telf.: 265 541 160 Fax 265 541 175

Entidade: APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental
 Data de referência: Contas anuais 2021
**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Euros	
		2021	2020
Vendas e Serviços Prestados	16	617 876,57	533 878,29
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	17	3 760 314,73	3 541 669,92
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	8	-53 288,03	-33 359,18
Fornecimentos e Serviços Externos	18	-495 732,64	-446 953,66
Gastos com o Pessoal	19	-3 410 370,56	-3 397 450,29
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	9	-831,32	-5 620,06
Aumentos/Reduções de Justo Valor	20	-85,50	0,00
Outros Rendimentos	21	140 133,48	136 221,67
Outros Gastos	22	-129 982,20	-87 772,13
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		428 034,53	240 614,56
Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização	5 e 6	-138 993,10	-138 466,45
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		289 041,43	102 148,11
Resultado Antes de Impostos		289 041,43	102 148,11
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado Líquido do Período		289 041,43	102 148,11

O Contabilista Certificado

A Direção

Alexandra Cruz

Luís António
 ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PAIS E AMIGOS
 DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL DE SETÚBAL
 Cont. nº 504 646 883
 Av. Francisco Xavier, Lote 8 - Cave
 2900-616 SETÚBAL
 Telf. 265 541 160 Fax 265 541 175



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da *Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal, I.P.S.S.*, (“Entidade” ou APPACDM), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 6.747.608 euros e um total de fundos patrimoniais de 5.854.920 euros, incluindo um resultado líquido de 289.041 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reserva”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da *Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal, I.P.S.S.* em 31 de dezembro de 2021 e o desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reserva

À data do nosso relatório, encontravam-se em curso vários trabalhos na área do Ativo fixo tangível com vista a suprir algumas das limitações existentes em termos da informação apresentada no cadastro dos ativos, bem como inventariar todos os bens na posse da APPACDM e proceder à respetiva atualização cadastral. Tais trabalhos têm vindo a ser desenvolvidos desde o processo de encerramento das contas de 2018, no entanto, não tendo sido concluídos, o cadastro de ativos da APPACDM ainda não permite efetuar uma verificação inequívoca dos bens de sua propriedade, pelo que não podemos certificar, na sua totalidade, a rubrica de Ativos fixos tangíveis, inscrita no Balanço pelo montante de 3.204.363 euros, bem como concluir sobre a inclusão de todos os bens nas demonstrações financeiras.

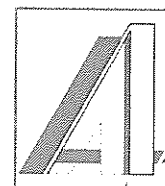
A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da *Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de



Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

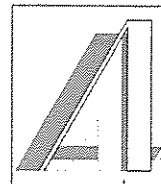
O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 29 de março de 2022

Assinado por: **JOSÉ DUARTE ASSUNÇÃO DIAS**
Num. de Identificação: 00362136
Data: 2022.03.29 21:43:31+01'00'

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.
representada por José Duarte Assunção Dias (ROC n.º 513)